Delegado SIMULino

Simulado

Delegado de Polícia · PCPR 2026 · questões no estilo FGV

Código	PCPR-DL-0606-DD65
Questões	50
Tempo sugerido	150 minutos
Dificuldade	Nível Delegado (N3 + N4)
Alternativas por questão	5

Composição

Disciplina	Questões	Numeração
Direito Penal	10	01 a 10
Direito Processual Penal	10	11 a 20
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	10	21 a 30
Direito Constitucional	5	31 a 35
Direito Administrativo e Gestão Pública	5	36 a 40
Legislação Estadual e Institucional	5	41 a 45
Direitos Humanos	3	46 a 48
Ciências Forenses	2	49 a 50

Instruções

- Cada questão tem 5 alternativas e apenas uma correta.
- Marque suas respostas na folha de respostas, na última página deste caderno.
- Cronometre a prova pelo tempo sugerido, sem consulta, como no dia.
- Ao terminar, confira suas respostas no gabarito comentado (arquivo separado), que explica a correta e o erro de cada alternativa.

Avisos

- Material de treino não oficial, sem vínculo com a FGV, com a PCPR ou com a Anthropic.
- Questões inéditas foram elaboradas por IA no estilo da banca e podem conter erro: confira o gabarito comentado e a lei vigente.
- Questões reais reproduzem provas aplicadas pela FGV, com banca, ano, órgão e cargo de origem no gabarito.

Direito Penal

Questão 01

A Secretaria de Saúde do Município Alfa abriu pregão para a aquisição de equipamentos hospitalares. Às vésperas da sessão de lances, Henrique, sócio-administrador da sociedade empresária Delta, procurou Vítor, representante da sociedade empresária Ômega, única concorrente com capacidade técnica para disputar o objeto, e ofereceu-lhe R$ 50.000,00 para que a Ômega não apresentasse lances. Vítor aceitou a quantia e, no dia da sessão, a Ômega desistiu da disputa, o que permitiu à Delta sagrar-se vencedora com preço próximo ao valor máximo estimado. Nenhum servidor público teve ciência do ajuste.

Considerando os crimes em licitações e contratos administrativos previstos no Código Penal, é correto afirmar que

(A) Henrique praticou corrupção ativa e Vítor praticou corrupção passiva, pois ambos interferiram em procedimento conduzido por órgão público.

(B) Henrique praticou o crime de afastamento de licitante, e Vítor, ao desistir de licitar em razão da vantagem oferecida, incorre na mesma pena.

(C) apenas Henrique praticou crime, sendo atípica a conduta de Vítor, que se limitou a deixar de apresentar lances na sessão pública.

(D) Henrique e Vítor praticaram o crime de contratação direta ilegal, porque o ajuste eliminou a competição e equivaleu à dispensa da licitação.

(E) Henrique praticou afastamento de licitante, mas Vítor só responderia por crime se fosse o servidor público responsável pela condução do pregão.

Questão 02

Em abril de 2013, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Leandro pela prática de falsidade ideológica em documento público (art. 299, caput, do Código Penal, punido com reclusão de 1 a 5 anos e multa). Recebida a denúncia no mesmo mês, Leandro não foi localizado nos endereços conhecidos e, citado por edital, não compareceu nem constituiu advogado. O juiz, então, suspendeu o processo e o curso do prazo prescricional e determinou a produção antecipada das provas consideradas urgentes. Em outubro de 2026, Leandro continua em local incerto, e o defensor nomeado para acompanhar a prova antecipada sustenta que a suspensão não pode durar indefinidamente.

Considerando o Código Penal, o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que

(A) o prazo prescricional permanece suspenso por tempo indeterminado, enquanto durar a suspensão do processo, pois a lei processual não fixa limite para essa suspensão.

(B) a suspensão do prazo prescricional ficou limitada a oito anos, após os quais a prescrição voltou a correr, embora o processo permaneça suspenso enquanto o acusado não comparecer.

(C) a suspensão do prazo prescricional ficou limitada a doze anos, após os quais a prescrição voltou a correr, embora o processo permaneça suspenso enquanto o acusado não comparecer.

(D) a suspensão do prazo prescricional ficou limitada a doze anos, e, esgotado esse período, o processo retoma seu curso com o defensor nomeado, prosseguindo até a sentença.

(E) a punibilidade já está extinta, porque o prazo prescricional de doze anos, contado do recebimento da denúncia, esgotou-se em 2025, sem que a suspensão o afetasse.

Questão 03

Analise as hipóteses a seguir. (i) Mariana vai à festa de aniversário de uma amiga, ingere bebida alcoólica e, ao retornar para casa, na condução de seu veículo, abalroa a traseira do carro de Fernanda, que sofre ferimentos graves, mas sobrevive. (ii) João decide matar Mário, seu opositor político, e planeja provocar um acidente de carro, aproveitando-se de que a vítima e seu motorista Fábio rotineiramente trafegam por uma estrada à beira de um penhasco. Certo dia, João executa o plano e o acidente provocado causa a morte de Mário e Fábio. (iii) Patrício decide matar Renata, sua ex-esposa, por conta de desavenças relativas à pensão alimentícia. Para assegurar o êxito da missão, acopla um kit rajadas a sua pistola. No dia escolhido para o crime, Patrício, em uma motocicleta, segue o veículo de Renata e vê quando Mara, colega de trabalho da vítima, entra no carro. Patrício emparelha com o carro, mira na cabeça de Renata e dispara. Mara também é atingida e ambas morrem. Consideradas as hipóteses acima, a respeito do dolo, é correto afirmar, à luz da doutrina e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que:

(A) há dolo indireto na hipótese (i) e nas mortes de Fábio e de Mara;

(B) na hipótese (i), a embriaguez não é suficiente para justificar a imputação de tentativa de homicídio com dolo eventual;

(C) na hipótese (i), não se admite o dolo eventual, haja vista a incompatibilidade entre este e a tentativa;

(D) há dolo direto nas mortes de Fábio e de Mara;

(E) há dolo de segundo grau na morte de Mara.

Questão 04

Em reunião de trabalho, delegados de polícia debateram o alcance do princípio da insignificância à luz da jurisprudência dos tribunais superiores. Analise as afirmativas a seguir.

I. No crime de descaminho, incide o princípio da insignificância quando o débito tributário verificado não ultrapassar R$ 20.000,00, limite extraído da legislação tributária federal e de suas atualizações por portarias do Ministério da Fazenda.

II. A reincidência do agente impede, por si só, o reconhecimento da insignificância, independentemente das circunstâncias do caso concreto.

III. Admite-se a aplicação do princípio da insignificância à contravenção de vias de fato praticada contra a mulher no âmbito das relações domésticas, quando a agressão não deixa lesão aparente.

IV. O princípio da insignificância é aplicável ao contrabando de cigarros quando a quantidade apreendida não ultrapassar mil maços, ressalvada a hipótese de reiteração da conduta.

Está correto o que se afirma em

(A) I e IV, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I, II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 05

Filomena, camelô Irregular, é flagrada por dois agentes da fiscalização municipal, ocasião em que estes anunciam que irão lavrar um auto de infração e apreender sua mercadoria, levando-a ao depósito público, de onde poderá vir a ser retirada posteriormente, mediante pagamentos devidos, tudo conforme o previsto na legislação, Inconformada com o fato, Filomena passa a agredir fisicamente os fiscais, no intuito de impedir que levem sua mercadoria, porém eles reagem, usando força corporal nos limites necessários para conter Filomena. Como resultado, Filomena e os fiscais ficam levemente feridos, sendo a mercadoria devidamente apreendida. Diante do caso narrado, é correto afirmar que:

(A) Filomena praticou o delito de resistência, ao passo que os fiscais cometeram o delito de lesão corporal leve;

(B) Filomena praticou o delito de resistência, na modalidade tentada, ao passo que os fiscais não cometeram crime algum, pois agiram amparados em excludente de ilicitude;

(C) Filomena praticou o delito de resistência qualificada, ao passo que os fiscais não cometeram crime algum, pois agiram amparados em excludente de ilicitude;

(D) Filomena praticou os delitos de resistência e lesões corporais leves, ao passo que os fiscais não cometeram crime algum, pois agiram amparados em excludente de ilicitude;

(E) Filomena praticou os delitos de resistências, na modalidade tentada, e lesões corporais leves, ao passo que os fiscais cometeram os crimes de lesão corporal leve e abuso de autoridade.

Questão 06

Por volta das 22h, Wagner e Edson abordaram Luciana no estacionamento de um supermercado e, mediante grave ameaça exercida com uma faca, subtraíram a bolsa da vítima, com carteira, relógio e documentos. Ao encontrarem cartões bancários na carteira, obrigaram Luciana a entrar no próprio carro e a dirigir até um caixa eletrônico, onde, sob ameaça, ela foi forçada a digitar a senha e a sacar R$ 2.000,00, entregues aos agentes. Luciana foi mantida no veículo por cerca de uma hora e liberada em bairro afastado. Presos em flagrante horas depois, ambos foram conduzidos à delegacia.

Ao definir a tipificação para a lavratura do auto de prisão em flagrante, o delegado de polícia deve concluir, de acordo com o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que houve

(A) roubo circunstanciado pela restrição da liberdade da vítima, em crime único, pois o saque no caixa eletrônico foi mero exaurimento da subtração inicial.

(B) roubo circunstanciado e extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, em concurso material, por serem crimes de espécies distintas.

(C) roubo circunstanciado e extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, em continuidade delitiva, por serem crimes da mesma espécie.

(D) roubo circunstanciado e extorsão mediante sequestro, em concurso material, pois a vítima foi privada da liberdade para a obtenção da vantagem.

(E) roubo circunstanciado e extorsão simples, em concurso material, pois a restrição da liberdade só qualifica a extorsão quando supera vinte e quatro horas.

Questão 07

Mateus foi condenado pelo crime de falsificação de documento particular (art. 298 do Código Penal). Na primeira fase da dosimetria, o juiz elevou a pena-base acima do mínimo por considerar desfavoráveis os antecedentes, uma vez que Mateus responde a dois inquéritos policiais e a uma ação penal ainda sem sentença. Na segunda fase, reconheceu a agravante da reincidência, decorrente de uma única condenação anterior, transitada em julgado, por crime de falsidade, e a atenuante da confissão espontânea, feita em juízo e utilizada na fundamentação da sentença; concluiu, porém, que a reincidência específica deveria preponderar e aumentou a pena intermediária.

Sobre a dosimetria realizada, à luz do Código Penal e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

(A) a pena-base foi corretamente elevada, pois procedimentos em curso revelam maus antecedentes, mas a confissão deveria ser integralmente compensada com a reincidência.

(B) a pena-base não poderia ter sido elevada pelos procedimentos em curso, e a reincidência específica, por ser preponderante, deveria prevalecer sobre a confissão.

(C) a pena-base não poderia ter sido elevada pelos procedimentos em curso, e a confissão compensaria apenas metade do aumento da reincidência, por ser esta preponderante.

(D) a pena-base não poderia ter sido elevada pelos procedimentos em curso, e a confissão deveria ser integralmente compensada com a reincidência, ainda que específica.

(E) a pena-base não poderia ter sido elevada pelos procedimentos em curso, e a confissão deveria levar a pena intermediária abaixo do mínimo legal, afastada a agravante.

Questão 08

Raimundo, primário e sem antecedentes, trabalhava havia doze anos como caseiro de uma chácara de Celso, que lhe confiava as chaves da casa principal e a guarda de todos os bens, em razão da relação de confiança especial construída ao longo dos anos. Certa madrugada, enquanto Celso e a família dormiam na casa, Raimundo ingressou no imóvel com as chaves de que dispunha e subtraiu uma furadeira avaliada em R$ 350,00, levando-a para a casa em que morava, nos fundos da propriedade. Câmeras instaladas no imóvel registraram a ação, e o bem foi localizado na manhã seguinte, antes que Raimundo dele dispusesse.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) Há furto tentado, porque a vigilância por câmeras e a recuperação do bem antes de qualquer disposição impediram a posse mansa e pacífica.

(B) Há furto qualificado-privilegiado, pois o agente é primário e a coisa é de pequeno valor, o que basta ao privilégio em qualquer forma qualificada.

(C) Há furto consumado qualificado pelo abuso de confiança, com a majorante do repouso noturno, pois a subtração ocorreu durante o sono dos moradores.

(D) Há furto consumado qualificado pelo abuso de confiança, sem o privilégio, por ser subjetiva a qualificadora, e sem a majorante do repouso noturno.

(E) Há crime impossível, porque o monitoramento por câmeras tornava absolutamente ineficaz o meio empregado para a subtração.

Questão 09

A delegada de polícia responsável pela unidade especializada em crimes contra crianças e adolescentes preparou orientação técnica sobre o estupro de vulnerável para sua equipe. Considerando o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. O consentimento da vítima menor de 14 anos, sua eventual experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso com o agente não afastam a ocorrência do crime.

II. O crime exige contato físico entre agente e vítima, de modo que constranger vítima menor de 14 anos a despir-se para contemplação lasciva, sem toque, caracteriza apenas o crime de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

III. Tratando-se de vítima maior de 14 anos em situação de vulnerabilidade temporária, como embriaguez completa, que depois recupera o discernimento, a ação penal, para fatos praticados em 2026, é pública condicionada à representação.

IV. A prática de conjunção carnal e de outros atos libidinosos contra a mesma vítima, no mesmo contexto fático, configura crime único, por se tratar de tipo misto alternativo.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) I e IV, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

Questão 10

Ao exercer as atribuições de promotor de justiça durante a fase de investigação preliminar, determinado membro recebe um procedimento em que há apuração da conduta de ex-parlamentar estadual, não mais ocupante de cargo com foro por prerrogativa de função, em que se aponta o recebimento de propina para que, no exercício do seu mandato, influenciasse na votação de projetos e na fiscalização de atividades a cargo da Assembleia local. Ficou demonstrado que o investigado, em razão do valor recebido, efetivamente praticou os atos infringindo dever funcional, o que atrairia a incidência da causa de aumento de pena do Art. 317, §1º, do Código Penal. De igual forma, havia no relatório final da investigação a referência pela incidência da causa de aumento de pena do Art. 327, §2º, do Código Penal, em razão da condição de parlamentar. De acordo com a orientação atual do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

(A) é incabível a causa de aumento do Art. 327, §2º, do Código Penal, pelo mero exercício do mandato parlamentar;

(B) são incabíveis as causas de aumento dos Art. 317, §1º, e 327, §2º, do Código Penal, pelo mero exercício do mandato parlamentar;

(C) as causas de aumento dos Art. 317, §1º, e 327, §2º, do Código Penal, são incompatíveis entre si, independentemente do exercício do mandato parlamentar;

(D) a causa de aumento do Art. 327, §2º, do Código Penal, dispensa uma imposição hierárquica ou de direção;

(E) o exercício do mandato parlamentar revela, por si só, a existência de imposição hierárquica ou de direção.

Direito Processual Penal

Questão 11

Paloma foi denunciada pela prática de lavagem de dinheiro. Nos autos, consta laudo de perícia contábil, elaborado por perito oficial, concluindo pela ocorrência de complexas fraudes envolvendo a transferência de recursos entre empresas sob a gestão da acusada. A defesa, por sua vez, contratou um especialista para analisar as operações financeiras. Em seu parecer, ele apresentou conclusão divergente: apontou o que considerou inconsistências técnicas no laudo oficial e afirmou inexistirem elementos que evidenciassem irregularidades na movimentação de recursos. O perito oficial apresentou manifestação complementar, reafirmando a correção de sua análise pericial, e destacou sua imparcialidade e credenciais acadêmicas e profissionais. Diante do cenário descrito, e considerando as regras processuais sobre a valoração da prova pericial pelo juiz, assinale a afirmativa correta.

(A) Por conta das conclusões divergentes, o juiz deve reconhecer a existência de dúvida razoável e absolver a ré.

(B) A manifestação do especialista contratado pela defesa, quando carente de prévia admissão como assistente técnico, possui mero caráter opinativo, não sendo apta a infirmar o laudo oficial.

(C) A imparcialidade do perito oficial confere preponderância ao laudo por ele elaborado em relação às manifestações apresentadas por profissionais contratados pela parte, que possuem natureza de mera prova documental.

(D) Deve prevalecer a conclusão do expert que detenha maior qualificação técnico-científica na área, considerando a superioridade de suas credenciais acadêmicas e profissionais.

(E) Não existe preponderância a priori entre o laudo oficial e a análise elaborada pelo especialista contratado pela parte. O juiz deve apreciar os dois, levando em consideração o método empregado, conforme o artigo 479 do Código de Processo Civil.

Questão 12

No inquérito policial que apura o homicídio de Jaime, o delegado de polícia intimou duas pessoas para depor. A primeira, Renata, irmã do investigado Otávio, foi a única pessoa que presenciou o crime, e não há outro meio de esclarecer a dinâmica dos fatos; ao comparecer, declarou que não deseja depor contra o irmão. A segunda, Beatriz, psicóloga que atendia Otávio, ouviu dele, em sessão, relato detalhado do crime; Otávio, por meio de seu advogado, autorizou expressamente a revelação do conteúdo das sessões, mas Beatriz afirmou que prefere não prestar depoimento.

Considerando as regras do Código de Processo Penal sobre a prova testemunhal, assinale a afirmativa correta.

(A) Renata deve depor, sem prestar compromisso, pois não há outro modo de obter a prova; Beatriz não pode ser obrigada a depor, ainda que desobrigada pelo paciente.

(B) Renata pode recusar-se a depor, por ser irmã do investigado; Beatriz, desobrigada pelo paciente, passa a ter o dever de depor como qualquer testemunha.

(C) Renata deve depor, sem prestar compromisso; Beatriz está proibida de depor, sendo irrelevante a autorização do paciente, porque o sigilo profissional é absoluto.

(D) Renata pode recusar-se a depor, por ser irmã do investigado; Beatriz só poderá depor se houver autorização judicial que a libere do sigilo profissional.

(E) Renata deve depor e prestar compromisso de dizer a verdade, pois não há outro modo de obter a prova; Beatriz não pode ser obrigada a depor, ainda que desobrigada pelo paciente.

Questão 13

Sobre a prisão preventiva, considerando o Código de Processo Penal, com as alterações das Leis nº 13.964/2019 e nº 15.272/2025, e a jurisprudência dos tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

I. Recebido o auto de prisão em flagrante, o juiz pode converter a prisão em preventiva de ofício se, na audiência de custódia, o Ministério Público não estiver presente, desde que fundamente a necessidade da medida.

II. A inobservância do prazo de 90 dias para a revisão da necessidade da preventiva não implica a revogação automática da prisão, devendo o juízo competente ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos.

III. Tratando-se de crime hediondo, admite-se a decretação da preventiva com base na gravidade abstrata do delito, dispensada a demonstração de perigo concreto gerado pelo estado de liberdade do imputado.

IV. A contemporaneidade exigida para a preventiva refere-se aos motivos que a justificam, e não necessariamente à data do fato, de modo que fatos antigos não impedem a medida se o perigo gerado pela liberdade permanece atual.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 14

Na mesma manhã, o delegado de polícia titular de uma delegacia recebeu duas notícias. A primeira, transmitida por ligação anônima ao telefone da unidade, informava que um imóvel em determinado bairro estaria sendo usado como depósito de armas de fogo de uso restrito, sem indicar nomes nem outros elementos. A segunda foi apresentada pessoalmente por Fernando, que relatou ter sido difamado por um vizinho em grupo de mensagens do condomínio, mas declarou que, por ora, desejava apenas registrar a ocorrência e não pretendia ver o vizinho processado.

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, quanto às providências cabíveis, o delegado

(A) pode instaurar inquérito de imediato com base na notícia anônima, por se tratar de crime de ação pública, e deve instaurar inquérito sobre a difamação, de ofício.

(B) deve fazer diligências preliminares para verificar a notícia anônima antes de instaurar inquérito, e pode instaurar inquérito sobre a difamação, de ofício.

(C) deve arquivar a notícia anônima, pois o anonimato impede qualquer apuração, e não pode instaurar inquérito sobre a difamação sem requerimento de Fernando.

(D) deve fazer diligências preliminares para verificar a notícia anônima antes de instaurar inquérito, e não pode instaurar inquérito sobre a difamação sem requerimento de Fernando.

(E) deve remeter a notícia anônima ao Ministério Público, a quem cabe autorizar diligências, e só pode instaurar inquérito sobre a difamação com representação judicial.

Questão 15

Acerca da denúncia, da queixa e dos prazos para o exercício da ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. A queixa pode ser oferecida por procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento de mandato a menção do fato criminoso, ressalvada a hipótese em que esse esclarecimento dependa de diligências a serem previamente requeridas no juízo criminal.

II. Na ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público pode aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo e, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

III. Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que tiver recebido as peças de informação ou a representação.

IV. Na ação penal privada subsidiária da pública, o prazo decadencial de seis meses conta-se do dia em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 16

A respeito dos princípios que regem os recursos no processo penal, considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.

II. Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

III. Anulada a sentença condenatória em recurso exclusivo da defesa, o juiz que proferir a nova sentença poderá fixar pena mais grave que a anterior, desde que o faça com fundamentação idônea, pois a decisão anulada não produz efeitos.

IV. É nula a decisão do tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 17

Em curso de atualização para delegados de polícia recém-empossados, foram discutidas as modalidades de flagrante e a lavratura do auto de prisão. Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois da infração, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor.

II. A ausência de testemunhas da infração impede a lavratura do auto de prisão em flagrante, ainda que, com o condutor, assinem o auto duas pessoas que presenciaram a apresentação do preso à autoridade.

III. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

IV. É inválido o flagrante esperado, em que a polícia, informada previamente da prática do crime, apenas aguarda o início da execução para efetuar a prisão, por incidir a Súmula 145 do STF.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 18

Concluídas as investigações e relatado o Inquérito policial pela delegada de polícia, sem especificar as condutas dos envolvidos, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Armando, Baeta, Gal e mais cinco pessoas, imputando-lhes a prática dos crimes de falsidade ideológica e de corrupção ativa, tipificados no art. 299 e no art. 333, respectivamente, ambos do Código Penal. A peça acusatória não descreveu quais teriam sido os atos concretos praticados ou omitidos pelos réus, nem a vinculação da conduta individual de cada agente aos eventos delituosos. Segundo constou na denúncia, os acusados, pelo fato de serem sócios majoritários, atuaram em concurso de pessoas. O órgão do Parquet, por essa razão, limitou-se a empregar os verbos (núcleos do tipo penal) sempre na terceira pessoa do plural. A partir da situação-problema, nos termos do Código de Processo Penal e da Jurisprudência dos Tribunais superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) A denúncia deve expor os fatos de modo a permitir a compreensão da imputação e, em consequência, o exercício da ampla defesa, com a indicação da qualificação das pessoas envolvidas, datas e locais dos fatos, bem como a forma de execução dos crimes; no caso de concurso de agentes, a mera invocação da condição de sócios majoritários, sem a correspondente e objetiva descrição típica do fato pode gerar um peça acusatória inepta. ( ) Denomina-se decisão interlocutória simples o provimento jurisdicional que recebe a denúncia ou queixa. ( ) No caso de o juiz rejeitar uma denúncia inepta, a decisão fará coisa julgada formal. ( ) Ampla jurisprudência dos tribunais superiores tem aceitado casos de denúncia que versem sobre delito societário ou de gabinete, não havendo o que se falar em inépcia quando a acusação descreve minimamente o fato tido como criminoso, atribuído a diversas pessoas, ligadas por circunstâncias comuns, de forma a individualizar o quanto possível, as condutas imputadas. As afirmativas são, respectivamente,

(A) F, V, V, V.
(B) V, V, V, V.
(C) F, V, F, V.
(D) V, F, F, F.
(E) V, F, F, V.

Questão 19

João e José foram condenados a 12 anos de reclusão cada um, em razão da prática do crime de roubo agravado pelo concurso de agentes e pelo emprego de arma de fogo. João interpôs recurso de apelação requerendo que fosse diminuída a sua pena em razão do reconhecimento da circunstância atenuante da sua menoridade relativa, por possuir 20 anos à data do crime, bem como do não reconhecimento de sua reincidência, por ser primário e portador de bons antecedentes. José, por sua vez, recorreu visando à anulação da sentença em razão de se basear em provas ilícitas. Diante desse cenário, é correto afirmar que o recurso de apelação interposto por:

(A) João poderá aproveitar a José, se for reconhecida a circunstância da menoridade relativa;
(B) José poderá aproveitar a João, apesar de este não ter impugnado em seu recurso a ilicitude probatória;
(C) José não poderá aproveitar a João, e o recurso interposto por este não poderá aproveitar a José;
(D) João poderá aproveitar a José se for reconhecida pelo Tribunal a inexistência da reincidência;
(E) José não poderá aproveitar a João, mas o recurso interposto por este poderá aproveitar a José.

Questão 20

Em uma investigação sobre crimes contra a honra praticados pela internet, a autoridade policial cumpriu mandado de busca e apreensão e apreendeu um notebook na residência do investigado. O perito criminal, ao invés de espelhar o disco rígido (HD) do aparelho para análise, limitou-se a ligar o computador e a fotografar as telas que continham as supostas conversas ofensivas, juntando as fotografias ao laudo pericial. Sobre a validade da prova produzida, considerando a disciplina da cadeia de custódia no Código de Processo Penal e o entendimento jurisprudencial dominante no Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

(A) A prova é válida, pois as normas sobre cadeia de custódia, previstas no Código de Processo Penal, são direcionadas exclusivamente a vestígios físicos, não se aplicando à prova digital, cuja natureza volátil justifica um tratamento processual diferenciado e menos rigoroso.
(B) A prova é irregular, mas não ilícita, sendo passível de convalidação em juízo caso a defesa não impugne o laudo pericial no momento oportuno, o que acarreta a preclusão, tornando a evidência plenamente utilizável no processo.

(C) A quebra da cadeia de custódia da prova digital torna a evidência inadmissível, pois compromete sua integridade e sua autenticidade, não sendo possível assegurar que o material analisado é o mesmo do que foi coletado.

(D) A falta de espelhamento do disco rígido (HD) é uma simples irregularidade, que pode ser suprida pela oitiva do perito em juízo, cujo depoimento, dotado de fé pública, é suficiente para confirmar a autenticidade das imagens e a correspondência com o material originalmente apreendido.

(E) A prova é ilícita, mas a nulidade é relativa, exigindo que a defesa demonstre o prejuízo concreto sofrido pelo acusado, como a prova de que as imagens foram adulteradas.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 21

Na madrugada de um sábado, Marta compareceu à única delegacia do Município de Serra Azul, que não é sede de comarca, e relatou que seu companheiro, Rui, com quem divide a casa em que vivem, passou a destruir seus pertences e a ameaçá-la de morte, e que teme voltar para o imóvel com os dois filhos do casal. A delegada de plantão, Simone, constatou risco atual à integridade física e psicológica de Marta e dos filhos. O juízo da comarca a que pertence o município fica em outra cidade, a 80 km de distância.

Considerando a Lei nº 11.340/2006, com as alterações mais recentes, a delegada

(A) deve apenas remeter ao juiz, em 48 horas, o pedido de medida protetiva, pois o afastamento do lar é medida de competência exclusiva da autoridade judicial.

(B) pode determinar o imediato afastamento de Rui do lar, comunicando o juiz em até 48 horas, que decidirá em até cinco dias sobre a manutenção da medida.

(C) pode determinar o imediato afastamento de Rui do lar, comunicando o juiz em até 24 horas, que decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida.

(D) só pode determinar o afastamento de Rui do lar se o risco for à vida ou à integridade física, não bastando o risco à integridade psicológica ou patrimonial.

(E) pode decretar a prisão preventiva de Rui, que substitui o afastamento do lar nos municípios que não são sede de comarca, comunicando o juiz em 24 horas.

Questão 22

Ronaldo, servidor público estadual, foi condenado a 1 ano e 6 meses de detenção por crime praticado com violação dos deveres do cargo, pena substituída por duas restritivas de direitos: proibição do exercício do cargo público pelo mesmo prazo e limitação de fim de semana. Transitada em julgado a condenação, o juízo da execução expediu ofício ao órgão de lotação. Três meses depois, o chefe imediato informou que Ronaldo, ciente da decisão, continuava comparecendo à repartição e despachando processos; um colega diretamente prejudicado também noticiou o fato ao juízo. Ronaldo, por sua vez, tem cumprido regularmente a limitação de fim de semana.

Considerando a Lei de Execução Penal e o Código Penal, é correto afirmar que

(A) a interdição só começa a ser executada a partir do primeiro comparecimento do condenado ao juízo, e o exercício do cargo autoriza apenas advertência formal.

(B) a comunicação do descumprimento é atribuição exclusiva da autoridade administrativa, sendo ineficaz a notícia apresentada pelo colega prejudicado.

(C) o exercício injustificado do direito interditado autoriza a conversão das duas restritivas em privativa de liberdade, sem dedução do tempo já cumprido.

(D) a autoridade deveria ter baixado ato em 48 horas do recebimento do ofício, e o exercício do cargo configura apenas crime autônomo, sem reflexo sobre a pena.

(E) a autoridade deveria ter baixado ato em 24 horas do recebimento do ofício, e o exercício injustificado do direito interditado autoriza a conversão dessa pena em privativa de liberdade.

Questão 23

Em inquérito que apura organização criminosa dedicada a fraudes bancárias, o delegado de polícia requisitou diretamente a uma operadora de telefonia, sem prévia autorização judicial, (i) os dados cadastrais de qualificação pessoal, filiação e endereço vinculados a três linhas utilizadas pelos investigados e (ii) o conteúdo das mensagens de texto trocadas por essas linhas nos últimos seis meses. O gerente jurídico da operadora recusou-se a fornecer qualquer informação, sob o argumento de que todos os dados estariam protegidos por sigilo e só poderiam ser entregues mediante ordem judicial.

Considerando a Lei nº 12.850/2013, é correto afirmar que

(A) o delegado pode obter os dados cadastrais sem autorização judicial, e a recusa injustificada

configura crime previsto na própria lei, mas o conteúdo das mensagens exige ordem judicial.

(B) o delegado pode obter os dados cadastrais sem autorização judicial, mas a recusa da operadora configura mera infração administrativa, sujeita a sanção da agência reguladora.

(C) o acesso aos dados cadastrais depende de requisição do Ministério Público, e o conteúdo das mensagens pode ser requisitado pelo delegado com comunicação posterior ao juiz.

(D) o acesso aos dados cadastrais e ao conteúdo das mensagens depende de ordem judicial, de modo que a recusa do gerente foi legítima nos dois casos.

(E) o delegado pode obter, sem autorização judicial, tanto os dados cadastrais quanto o conteúdo das mensagens, por se tratar de investigação de organização criminosa.

Questão 24

Durante abordagem, Renan foi preso em flagrante por policiais civis com 250 gramas de cocaína fracionados em porções individuais, balança de precisão e anotações de contabilidade. No mesmo dia, em outra ocorrência, Tânia foi surpreendida com 30 gramas de maconha, acompanhada de balança de precisão, embalagens plásticas e mensagens no celular, acessadas mediante autorização judicial, em que negociava a venda da droga. Considerando a Lei nº 11.343/2006 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Lavrado o auto de prisão em flagrante de Renan, a autoridade de polícia judiciária fará imediata comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto, do qual será dada vista ao Ministério Público em 24 horas.

II. Para a lavratura do auto e o estabelecimento da materialidade, basta o laudo de constatação da natureza e da quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea, e o perito que o subscrever não fica impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

III. O inquérito será concluído no prazo de 30 dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 dias, quando solto, prazos que podem ser duplicados pelo delegado de polícia, mediante despacho fundamentado comunicado ao juiz.

IV. Como Tânia portava quantidade de maconha inferior a 40 gramas, incide presunção absoluta de que se trata de usuária, o que impede a lavratura de auto de prisão em flagrante por tráfico.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 25

Em inquérito policial que apura lavagem de capitais oriundos de crimes contra a administração pública estadual, foi indiciado Rodrigo, servidor público estadual. Considerando a Lei nº 9.613/1998 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Se, já em juízo, Rodrigo, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo prosseguirá até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo, sem a suspensão prevista no art. 366 do CPP.

II. O indiciamento acarreta o afastamento automático de Rodrigo do cargo, sem prejuízo da remuneração, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.

III. Se Rodrigo colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à localização dos bens objeto do crime, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços e cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la.

IV. Por envolver servidor público e crimes contra a administração, a competência para o processo será necessariamente da Justiça Federal, independentemente da natureza da infração antecedente.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 26

Diego foi condenado a 2 anos de reclusão, pena substituída por prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária. Intimado, compareceu à entidade designada e cumpriu regularmente as tarefas por quatro meses, quando pediu ao juízo da execução para cumprir a pena substitutiva em menor tempo, com aumento da carga semanal. Deferido o pedido, Diego deixou de comparecer à entidade e mudou-se sem informar o novo endereço; não localizado, foi intimado por edital e não atendeu à intimação.

Considerando o Código Penal e a Lei de Execução Penal, é correto afirmar que

(A) era possível cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior a oito meses, e o desatendimento à intimação por edital autoriza a conversão em privativa de liberdade.

(B) era possível cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior a um ano, mas a conversão exige falta grave ou nova condenação, não bastando o desatendimento ao edital.

(C) era possível cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior a um ano, e o desatendimento à intimação por edital autoriza a conversão, deduzido o tempo cumprido.

(D) era possível cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior a um ano, e o desatendimento autoriza a conversão, sem dedução do tempo de serviço já prestado.

(E) o desatendimento à intimação configura falta grave que autoriza a regressão direta ao regime fechado, sem necessidade de conversão da pena restritiva.

Questão 27

Considerando a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), com as alterações promovidas pelas Leis nº 14.550/2023 e nº 15.380/2026, e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

II. Concedidas, as medidas protetivas de urgência vigoram pelo prazo máximo de 90 dias, renovável por decisão fundamentada, sob pena de perda automática de eficácia.

III. A lei aplica-se a todas as situações previstas em seu art. 5º, independentemente da causa ou da motivação dos atos de violência e da condição do ofensor ou da ofendida.

IV. Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, o juiz deve designar, em todos os casos, audiência destinada a confirmar a representação da ofendida antes do recebimento da denúncia.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 28

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) enviou, espontaneamente, ao Ministério Público um Relatório de Inteligência Financeira (RIF), segundo o qual o casal Ferdinando e Imelda e seis sociedades empresárias das quais ambos são sócios apresentam movimentação financeira atípica. O promotor de justiça instaurou notícia de fato, no bojo da qual diligência de campo revelou que não há qualquer atividade econômica em andamento nos endereços apontados como sedes das seis sociedades empresárias. Além disso, pesquisas em fontes abertas, especialmente redes sociais, mostraram que o casal Ferdinando e Imelda ostenta elevado padrão de vida, com carros importados, viagens de luxo e jantares em restaurantes caros. Em diversas postagens, o casal aparece na companhia de Alfredo, integrante de família conhecida na Comarca pelo envolvimento com a contravenção penal do jogo do bicho. Há, no mesmo órgão ministerial, um Procedimento Investigatório Criminal (PIC) em que Alfredo é investigado, já presentes robustos elementos de convicção no sentido da prática da referida contravenção. O promotor de justiça reuniu a notícia de fato ao PIC e aditou a portaria de instauração para incluir o casal e novo objeto, vale dizer, o crime de lavagem de dinheiro. Prosseguindo as diligências, solicitou o Ministério Público ao COAF, via sistema institucional, informações financeiras acerca de Alfredo. A resposta do COAF foi positiva, e o órgão remeteu ao Ministério Público um RIF que aponta movimentações financeiras atípicas por parte de Alfredo. O promotor de justiça requereu judicialmente a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Ferdinando e Imelda, das sociedades empresárias titularizadas por ambos e de Alfredo. Com base na Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Capitais) e no entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, o magistrado deverá:

(A) deferir integralmente a pretensão do Ministério Público;

(B) indeferir o pedido de quebra de sigilo bancário, porque o crime de lavagem de dinheiro admite, como antecedente, crime, mas não contravenção penal;

(C) indeferir o pedido de quebra de sigilo bancário, sob o fundamento da nulidade das provas, haja vista que o intercâmbio de informações financeiras entre o COAF e os órgãos de investigação, sem autorização judicial, viola o sigilo bancário e, por conseguinte, a privacidade dos investigados;

(D) deferir parcialmente o pedido de quebra de sigilo bancário apenas quanto ao alvo Alfredo e anular as provas quanto ao casal Ferdinando e Imelda e às sociedades empresárias, porque o

COAF não pode, espontaneamente, enviar informações financeiras aos órgãos de investigação;

(E) indeferir o pedido, sob o fundamento da nulidade das provas, porque a ilegalidade da atuação espontânea do COAF em relação aos investigados Ferdinando e Imelda e suas sociedades empresárias contamina os demais elementos de convicção presentes na investigação.

Questão 29

Durante uma festa em sua casa, Gustavo, que não tem antecedentes, ofereceu a Paula, sua namorada, uma pequena porção de cocaína que havia adquirido para uso próprio, para que ambos a consumissem juntos, sem qualquer contrapartida. Policiais militares, chamados por vizinhos em razão do barulho, presenciaram a cena e conduziram Gustavo à delegacia.

Nos termos da Lei nº 11.343/2006 e da Lei nº 9.099/1995, o delegado de polícia deve

(A) enquadrar a conduta como oferecimento eventual para consumo conjunto e lavrar termo circunstanciado, sem prisão, se Gustavo se comprometer a comparecer ao juizado.

(B) enquadrar a conduta como porte para consumo pessoal, pois a droga destinava-se a uso compartilhado, e liberar Gustavo após mera advertência verbal.

(C) enquadrar a conduta como oferecimento eventual para consumo conjunto, mas lavrar auto de prisão em flagrante, pois o crime é equiparado a hediondo.

(D) lavrar auto de prisão em flagrante por tráfico de drogas, pois o verbo oferecer integra o tipo do art. 33, caput, independentemente de intuito de lucro.

(E) enquadrar a conduta como tráfico privilegiado, por ser Gustavo primário e sem antecedentes, e arbitrar fiança na própria delegacia.

Questão 30

Em investigação de organização criminosa, foi autorizada judicialmente a infiltração de um agente de polícia, mediante representação do delegado. Acerca do regime jurídico da infiltração presencial na Lei nº 12.850/2013, analise as afirmativas a seguir.

I. O agente infiltrado que não guardar a devida proporcionalidade com a finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados, mas não é punível a prática de crime no curso da investigação quando dele for inexigível conduta diversa.

II. É direito do agente recusar ou fazer cessar a atuação infiltrada.

III. Havendo indícios seguros de que o agente infiltrado sofre risco iminente, a operação somente poderá ser sustada por decisão judicial, mediante representação do delegado ou requerimento do Ministério Público.

IV. A infiltração pode ser autorizada sempre que houver indícios de infração penal praticada por organização criminosa, ainda que a prova possa ser produzida por outros meios disponíveis, dada a gravidade dos crimes investigados.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Direito Constitucional

Questão 31

O Governador do Estado Alfa encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa criando uma nova taxa, o que foi feito com o delineamento dos seus distintos aspectos, como fato gerador, contribuintes, base de cálculo e alíquota. No Poder Legislativo, um grupo de parlamentares apresentou emenda aditiva a essa proposição, na qual foi alterado o fato gerador da referida taxa, de modo a ampliar o seu alcance, o que veio a ser aprovado. Após a aprovação, o projeto foi vetado pelo Governador do Estado sob o argumento de ser incompatível com a Constituição da República de 1988, mas o veto foi derrubado pela Assembleia Legislativa, daí resultando a promulgação da Lei nº X. De acordo com as informações acima, é correto afirmar que a Lei nº X é

(A) inconstitucional, pois é competência privativa da União legislar sobre direito tributário

(B) inconstitucional, pois foi aprovada uma emenda ao projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

(C) inconstitucional, pois a emenda ao projeto de lei, que restou aprovada, não apresentou pertinência temática.

(D) constitucional, pois o poder de emenda é da essência da atividade legislativa, não sendo limitado pela Constituição.

(E) constitucional, pois Alfa tem competência para legislar sobre a matéria, que não é de iniciativa privativa do Executivo.

Questão 32

A Câmara Municipal de Vila Serena aprovou três leis, todas sancionadas pelo prefeito: a Lei nº 1 fixa o horário de funcionamento do comércio varejista no município; a Lei nº 2 proíbe a instalação de nova farmácia a menos de 500 metros de outra já existente; e a Lei nº 3 estabelece tempo máximo de espera para atendimento nas agências bancárias situadas no município. Posteriormente, um vereador apresentou projeto de lei para fixar o horário de atendimento ao público das agências bancárias locais.

Considerando a repartição constitucional de competências e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que

(A) a Lei nº 1 é inconstitucional, porque horário do comércio é matéria de direito comercial, de competência privativa da União, sendo válidas as Leis nº 2 e nº 3.

(B) as três leis são constitucionais, por versarem sobre assuntos de interesse local, e o projeto sobre o horário bancário também pode ser aprovado validamente.

(C) as Leis nº 1, nº 2 e nº 3 são constitucionais, pois o zoneamento urbano autoriza o município a fixar distância mínima entre farmácias, mas o projeto é inválido.

(D) as Leis nº 1 e nº 3 são constitucionais, a Lei nº 2 ofende o princípio da livre concorrência, e o projeto sobre o horário bancário invade competência da União.

(E) a Lei nº 3 é inconstitucional, pois o atendimento bancário é matéria do sistema financeiro, reservada à União, assim como o horário de funcionamento das agências.

Questão 33

Acerca da fase introdutória do processo legislativo federal, considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

II. Não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei de iniciativa parlamentar que, embora crie despesa para a Administração, não trate da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.

III. A iniciativa da lei complementar que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura pertence ao Presidente da República, a quem compete dispor sobre a organização dos serviços públicos federais.

IV. A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I, II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 34

Na relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito brasileiro é possível encontrar um importante tema: a proteção de pessoas com deficiência. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 diz, no §2º do Art. 227, que “[a] lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” e, no Art. 244, que “[a] lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no Art. 227, §2º”. Já a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no Art. 9.1, afirma que “[a] fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural”. Considerando os documentos apontados e apenas esses dispositivos, é correto que o magistrado, em um caso sobre direito à acessibilidade de pessoas com deficiência, trace o seguinte raciocínio:

(A) o magistrado deve seguir o que a lei reclamada pelos dispositivos constitucionais dispuser para propiciar a melhor proteção da pessoa com deficiência, por ser a norma da Constituição superior à da Convenção;

(B) a mencionada Convenção tem natureza supralegal, embora infraconstitucional, e a lei, a que se referem os dispositivos constitucionais, deve observá-la, sendo descabido o controle de

constitucionalidade tendo a Convenção como parâmetro;

(C) a citada Convenção, por possuir status de lei, precisa estar em conformidade com a Constituição de 1988, e eventual conflito com a lei mencionada pelos dispositivos constitucionais é resolvido pelo critério cronológico;

(D) a aludida Convenção guarda status equivalente às emendas constitucionais, compõe o chamado bloco de constitucionalidade e, por isso, serve de parâmetro para examinar a legitimidade constitucional da lei a que fazem alusão os dispositivos da Constituição de 1988;

(E) a lei mencionada pelos dispositivos da Constituição de 1988, por conta da redação impositiva do dispositivo convencional, não poderá ser mais abrangente e protetiva do que a Convenção, porque inexistente o princípio da prevalência da norma mais favorável ao titular do direito.

Questão 35

O mandado de segurança, enquanto remédio constitucional, é um instrumento processual célere e destinado ao combate de atos lesivos ou que ameacem lesar direitos individuais e coletivos que sejam líquidos e certos. A seu respeito, tomando como premissa as disposições da Lei nº 12.016/2009, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça na matéria, é correto afirmar que:

(A) é vedada a concessão de medida liminar em mandado de segurança individual ou coletivo que determine, dentre outras providências, a compensação de créditos tributários ou a reclassificação de servidores públicos;

(B) o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público pode ser efetuado relativamente a todas as prestações vencidas e vincendas, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, respeitada a prescrição;

(C) a impetração de mandado de segurança coletivo por associação privada depende de autorização assemblear, por se tratar de hipótese de representação processual, em que a associação pleiteia em nome próprio direito dos associados;

(D) a sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais;

(E) a eficácia subjetiva da coisa julgada formada em mandado de segurança coletivo impetrado por associação beneficia o associado independentemente de ele haver se filiado antes ou após a impetração do writ .

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 36

Durante operação da Polícia Civil para cumprir mandados de prisão em um bairro residencial, houve intensa troca de tiros entre policiais e suspeitos. Ao final, verificou-se que Joana, moradora que voltava do trabalho, fora atingida no braço por um projétil. A perícia não conseguiu determinar se o disparo partira da arma de um policial ou de um dos suspeitos. Joana ajuizou ação de indenização exclusivamente contra Rogério, delegado que comandava a equipe, alegando que ele teria planejado mal a operação.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) a ação deveria ter sido proposta contra o Estado, que responde objetivamente, não bastando a perícia inconclusiva para afastar sua responsabilidade, assegurado o regresso contra o agente.

(B) a ação deveria ter sido proposta contra o Estado, que só responde se Joana provar que o projétil partiu da arma de um dos policiais, ônus que lhe cabe.

(C) a ação deveria ter sido proposta contra o Estado, cuja responsabilidade, por envolver falha no planejamento, é subjetiva e exige prova da culpa do serviço.

(D) a ação deveria ter sido proposta contra o Estado e o delegado, em litisconsórcio passivo necessário, respondendo ambos objetivamente pelo dano.

(E) Joana pode escolher entre acionar o Estado ou diretamente o delegado, mas, contra este, terá de provar dolo ou culpa na condução da operação.

Questão 37

Diante da necessidade de indicação de membro para o Conselho de Administração de determinada sociedade de economia mista estadual, que realiza atividade econômica em regime concorrencial, no setor de tecnologia, foram sugeridos os seguintes nomes. I. Bruno, que tem formação acadêmica na respectiva área, 15 anos de experiência profissional no respectivo setor e exerce cargo em organização sindical. II. Mônica, que tem formação acadêmica na respectiva área, experiência de 2 anos como profissional liberal em setor vinculado a área de atuação e que ano passado formalizou contrato com a entidade administrativa em questão para a prestação de serviços. III. Álvaro, que tem formação acadêmica na respectiva área, 5 anos como docente no âmbito da tecnologia, 10 anos de atuação como profissional liberal e que, atualmente, ocupa o cargo de Secretário Estadual em pasta correlata à atividade da entidade. Diante das mencionadas peculiaridades, assinale a alternativa correta acerca de qual dos mencionados candidatos seria passível de indicação como membro do Conselho de Administração, à luz do disposto na Lei nº 13.303/2016.

(A) Apenas Bruno.

(B) Apenas Mônica.

(C) Apenas Álvaro.

(D) Todos os candidatos.

(E) Nenhum dos candidatos.

Questão 38

Mauro, servidor concursado, responde a processo administrativo disciplinar (PAD) que investiga suposta falta cometida no exercício de suas funções. O processo foi instaurado a partir de representação, mediante portaria, com a regular designação da comissão processante. Em relação ao caso apresentado, à luz da legislação em vigor e da jurisprudência atualizada sobre processo administrativo disciplinar, assinale a afirmativa correta.

(A) Em processo administrativo disciplinar, a nulidade de um ato processual pode ser declarada ainda que não haja efetiva demonstração de prejuízo à defesa.

(B) O servidor processado no PAD precisa ser intimado após o relatório final feito pela comissão processante, sob pena de ofensa do contraditório e da ampla defesa.

(C) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar deve sempre restringir-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato.

(D) As provas anuladas no processo criminal devem ser excluídas do processo administrativo disciplinar, por força da contaminação de sua legalidade.

(E) A autoridade administrativa pode se utilizar de fundamentação per relationem nos processos disciplinares.

Questão 39

Considerando a Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, quanto às espécies de atos de improbidade administrativa e às sanções correspondentes, analise as afirmativas a seguir.

I. Ao agente condenado por ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública aplica-se, entre outras sanções, a suspensão dos direitos políticos por até 4 anos.

II. Constitui ato de improbidade que causa lesão ao erário a ação ou omissão dolosa que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas na lei.

III. Na hipótese de enriquecimento ilícito, entre as sanções cabíveis estão a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e a suspensão dos direitos políticos até 14 anos.

IV. Ao agente condenado por ato que atenta contra os princípios da Administração Pública aplicam-se a perda da função pública e multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, II e III, apenas.

Questão 40

O Estado Alfa pretende implementar uma rede tecnológica integrada nas rodovias estaduais, englobando tanto o monitoramento do tráfego quanto o sistema de pedágio eletrônico (free flow), de forma moderna e eficiente. Para isso, o ente público elaborou e divulgou edital de licitação utilizando a modalidade de diálogo competitivo, permitindo que o mercado apresentasse soluções e propostas para estruturar o projeto de infraestrutura rodoviária. Diante desse contexto, uma empresa interessada no objeto licitado alegou existir evidente afronta ao princípio da impessoalidade e decidiu ajuizar uma ação judicial buscando a suspensão e a invalidação do procedimento licitatório. Considerando a situação exposta pela mencionada empresa, assinale a alternativa correta.

(A) O diálogo competitivo é a modalidade licitatória restrita às contratações internacionais e deve ser utilizado pela União, não sendo cabível no âmbito estadual ou municipal.

(B) O diálogo competitivo dispensa a realização de licitação, já que a administração e as empresas interessadas discutem diretamente as condições da contratação nas sessões de diálogos.

(C) O diálogo competitivo, por ser modalidade excepcional à regra de licitação, exige autorização legislativa específica a cada caso, não bastando a previsão da Lei nº 14.133/2021.

(D) O diálogo competitivo é a modalidade usada quando há uma única empresa no mercado apta a fornecer a solução pretendida, caracterizando inviabilidade de competição, o que leva à celebração de contratação direta mediante inexigibilidade.

(E) O diálogo competitivo, ao ser adotado como modalidade licitatória, exige a definição prévia de seus objetivos, o convite aos potenciais interessados e a realização de sessões de diálogo, ao final das quais será aberta a fase competitiva para a apresentação das propostas finais.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 41

Em correição ordinária, a Corregedoria-Geral da Polícia Civil orientou os delegados sobre a Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), em especial quanto ao elemento subjetivo dos tipos penais e aos efeitos da condenação. Analise as afirmativas a seguir.

I. As condutas descritas na lei somente constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

II. A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

III. A perda do cargo é efeito automático da condenação por crime de abuso de autoridade, independentemente de reincidência, por se tratar de crime funcional.

IV. A inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos, é efeito da condenação condicionado à reincidência em crime de abuso de autoridade e deve ser declarada motivadamente na sentença.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 42

O Estado Delta pretende modernizar o sistema de informações da Polícia Civil, que reúne dados pessoais de vítimas, testemunhas e investigados, usados exclusivamente em atividades de investigação e repressão de infrações penais. Estudam-se três soluções: (1) contratar sociedade empresária privada para hospedar e tratar a totalidade da base de dados, sob supervisão da Secretaria de Segurança Pública; (2) contratar empresa privada para desenvolver e operar apenas um módulo de análise de vínculos, com acesso a parte dos dados, em procedimento sob tutela do próprio Estado; (3) manter todo o tratamento a cargo da Polícia Civil, sem observar nenhum parâmetro de proteção de dados, por entender que a LGPD não incide sobre a atividade policial.

Considerando a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), é correto afirmar que

(A) as soluções (1) e (2) são admitidas, porque o tratamento ocorre sob supervisão de pessoa jurídica de direito público, que responde perante a autoridade nacional.

(B) a solução (3) é a única adequada, porque a investigação criminal fica fora da LGPD e livre de qualquer parâmetro de proteção de dados até a edição de lei específica.

(C) nenhuma solução que envolva empresa privada é admitida, porque a LGPD veda, em qualquer hipótese, o tratamento desses dados por pessoa de direito privado.

(D) apenas a solução (2) é admitida, mediante informe específico à autoridade nacional, sendo vedada a (1) e inadequada a (3), que ignora o devido processo e os direitos do titular.

(E) as três soluções dependem de prévia autorização da autoridade nacional de proteção de dados, a quem compete aprovar os bancos de dados de segurança pública.

Questão 43

Laura, funcionária civil efetiva do Estado do Paraná regida pela Lei Estadual nº 6.174/1970, foi aposentada por invalidez aos 47 anos de idade, quando contava 19 anos de tempo de serviço. Quatro anos depois, nova inspeção de saúde concluiu que os motivos da aposentadoria se tornaram insubsistentes, e a Administração considerou de interesse do serviço o retorno de Laura à atividade, embora ela não tenha formulado pedido nesse sentido.

Nos termos do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná, é correto afirmar que

(A) a reversão depende de pedido de Laura, porque o reingresso do aposentado no serviço público não pode ser imposto pela Administração.

(B) a reversão pode ser feita de ofício, e o tempo em que Laura esteve aposentada será contado em nova aposentadoria, que, salvo por motivo de saúde, exige cinco anos de efetivo exercício.

(C) a reversão pode ser feita de ofício, mas o tempo em que Laura esteve aposentada não será contado em nova aposentadoria, por não corresponder a efetivo exercício.

(D) a reversão é inviável, porque a soma do tempo de serviço e de inatividade de Laura ultrapassa o limite de vinte anos previsto no Estatuto para o reingresso.

(E) Laura deve ser posta em disponibilidade remunerada até que surja cargo vago compatível, quando então será aproveitada no serviço público.

Questão 44

Para adequar a legislação do Estado Gama à Lei nº 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis), um deputado estadual apresentou à Assembleia Legislativa projeto de lei orgânica da polícia civil. O projeto prevê (1) a criação de unidade especializada no combate à lavagem de dinheiro, com efetivo formado por policiais civis e por auditores fiscais cedidos pela Secretaria da Fazenda; e (2) que o Instituto de Medicina Legal, integrado à estrutura da polícia civil, seja coordenado por perito oficial criminal da área, na ativa e da classe mais elevada.

Considerando a Lei nº 14.735/2023, é correto afirmar que

(A) a iniciativa da lei orgânica cabe ao Governador, a unidade de combate à lavagem de dinheiro deve ter efetivo exclusivamente de policiais civis, e a regra sobre o Instituto é compatível.

(B) a iniciativa da lei orgânica cabe ao Governador, e as duas previsões são compatíveis com as normas gerais, que estimulam a cooperação com outros órgãos.

(C) a iniciativa cabe ao Delegado-Geral de Polícia Civil, e o Instituto de Medicina Legal deve ser coordenado por delegado de polícia da classe mais elevada.

(D) a iniciativa cabe ao Governador, e o Estado não pode legislar sobre a organização de sua polícia civil, matéria esgotada pela lei nacional editada pela União.

(E) a iniciativa parlamentar é válida, pois a lei nacional não reserva a iniciativa da lei orgânica, e as duas previsões do projeto são compatíveis com suas normas gerais.

Questão 45

Considerando a Lei Complementar estadual nº 259/2023, que dispõe sobre a estruturação das carreiras da Polícia Civil do Paraná, com as alterações da Lei Complementar nº 289/2025, analise as afirmativas a seguir sobre a promoção.

I. O transcurso do interstício mínimo de dois anos de efetivo exercício no nível confere ao policial civil estável direito subjetivo à promoção, desde que haja disponibilidade orçamentária.

II. O policial civil estável lotado há, no mínimo, três anos consecutivos em unidade de difícil provimento, e residente há igual período em município da comarca da unidade, terá o interstício reduzido pela metade, benefício limitado a, no máximo, três níveis na carreira.

III. Não será promovido o policial civil que, na data de abertura do processo de promoção, figure como réu em ação penal, ainda que por infração penal de menor potencial ofensivo.

IV. A penalidade de repreensão impede a promoção apenas se registrada nos assentos funcionais nos noventa dias anteriores à data de abertura do processo de promoção.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Direitos Humanos

Questão 46

O Brasil assinou um tratado internacional de direitos humanos. O Presidente da República encaminhou o texto ao Congresso Nacional, que o aprovou por decreto legislativo, em votação por maioria simples, em turno único em cada Casa. O instrumento de ratificação foi depositado junto ao organismo internacional competente, mas, até hoje, não foi editado o decreto presidencial de promulgação. Em ação judicial, Carla invoca diretamente um direito previsto apenas nesse tratado.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a incorporação de tratados de direitos humanos, é correto afirmar que

(A) o tratado já produz efeitos internos desde a ratificação e terá hierarquia de emenda constitucional, por versar sobre direitos

humanos.

(B) o tratado ainda não produz efeitos internos, por faltar a promulgação, e, quando promulgado, terá hierarquia de lei ordinária, como os demais tratados.

(C) o tratado ainda não produz efeitos internos, por faltar a promulgação, e, quando promulgado, equivalerá a emenda constitucional, por ter sido aprovado pelas duas Casas.

(D) o tratado produz efeitos internos desde a aprovação pelo decreto legislativo, que dispensa a promulgação, e terá hierarquia supralegal.

(E) o tratado ainda não produz efeitos internos, por faltar a promulgação, e, quando promulgado, terá hierarquia supralegal, por não ter sido aprovado pelo rito especial.

Questão 47

Duas associações brasileiras pretendem apresentar petição individual à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com base exclusivamente no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador), promulgado no Brasil. A primeira alega violação do direito à educação, pelo fechamento arbitrário de escolas públicas por ato do Estado; a segunda alega violação do direito à saúde, pela falta de leitos em hospitais públicos.

Considerando o mecanismo de petições individuais previsto no próprio Protocolo de San Salvador, é correto afirmar que

(A) ambas as alegações podem ser objeto de petição individual, pois o Protocolo submete todos os direitos nele previstos ao sistema de petições da Convenção Americana.

(B) apenas a violação do direito à saúde pode ser levada ao sistema de petições individuais com base no Protocolo, por estar diretamente ligada ao direito à vida.

(C) nenhuma das alegações pode ser objeto de petição individual, pois os direitos sociais do Protocolo são monitorados apenas por relatórios periódicos dos Estados.

(D) apenas a violação do direito à educação pode ser levada ao sistema de petições individuais com base no Protocolo, que o admite só para esse direito e para os direitos sindicais.

(E) ambas as alegações podem ser submetidas diretamente à Corte Interamericana pelas associações, dispensada a atuação prévia da Comissão Interamericana.

Questão 48

Paulo, pessoa surda usuária de Libras, compareceu a uma delegacia para registrar ocorrência de furto. O servidor de plantão recusou-se a adotar qualquer providência para viabilizar a comunicação, como o uso de intérprete por videochamada, oferecido gratuitamente pela rede estadual, ou a troca de mensagens escritas, alegando que a delegacia não tem intérprete em seu quadro e que Paulo deveria voltar acompanhado de um familiar.

À luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, é correto afirmar que

(A) não houve discriminação, porque a Convenção só obriga o Estado a adotar medidas de acessibilidade de forma progressiva, conforme a disponibilidade orçamentária.

(B) não houve discriminação, porque a proteção da Convenção abrange impedimentos de natureza física e mental, mas não os de natureza sensorial.

(C) a recusa só configuraria discriminação se houvesse intenção deliberada de excluir Paulo, sendo irrelevante o efeito da conduta sobre o exercício de seus direitos.

(D) a exigência de que Paulo volte acompanhado de familiar é adaptação razoável, pois viabiliza a comunicação sem gerar custo para o Estado.

(E) a recusa de adaptação razoável, quando a providência não impõe ônus desproporcional ou indevido, configura discriminação por motivo de deficiência.

Ciências Forenses

Questão 49

O estudo das técnicas antivírus é essencial para a formação e atuação de peritos policiais, pois esses mecanismos representam o estágio mais avançado da camuflagem digital utilizada por malwares modernos. Tal compreensão às possibilidades de ataque direto a softwares de segurança permite que o profissional identifique comportamentos anômalos, preserve evidências digitais e reconstrua o vetor de infecção com precisão técnicocientífica — competências indispensáveis nas investigações de crimes cibernéticos e fraudes eletrônicas. Nesse contexto, assinale a opção que apresenta uma técnica de implementação de antivírus.

(A) Antiemulação, na qual o vírus modifica algum endereço de um executável, desviando a execução do programa para outra parte do código, evitando o endereço inicial.

(B) Blindagem antidepuração (armoring), empregando mecanismos de introspecção que permitem a um vírus localizar e eliminar processos de antivírus residentes na memória,

incluindo firewalls e editores de registro do sistema, impedindo a inicialização de ferramentas de segurança após o reinício.

(C) Evasão (avoidance), que disponibiliza um conjunto de ferramentas para esconder rastros de invasão de computadores e evitar a detecção.

(D) Retrovírus, que visa especificamente tornar a análise do código malicioso difícil para pesquisadores, recorrendo a técnicas que dificultam tanto a análise dinâmica quanto a estática.

(E) Tunelamento (tunneling), na qual o vírus rastreia o código de funções da API do sistema operacional que utiliza, a fim de garantir que a execução chegue ao destino real e não esteja sendo monitorada; se detectar interceptação, o vírus desvia o controle para burlar o monitoramento.

Questão 50

Ao cumprir mandado de busca e apreensão na residência de investigado por fraudes eletrônicas, a equipe policial, acompanhada de perito, encontrou um computador ligado, com sessão aberta, conexões de rede ativas e um volume criptografado montado e acessível. O perito precisa decidir como preservar os vestígios digitais para garantir sua integridade e o maior aproveitamento possível das informações.

Segundo as boas práticas de computação forense, a conduta tecnicamente mais adequada é

(A) desligar imediatamente o computador, retirando-o da tomada, para congelar o estado do sistema, e depois espelhar o disco com bloqueador de escrita.

(B) abrir os arquivos de interesse diretamente no computador do investigado, para evitar que o processo de cópia altere o conteúdo original.

(C) coletar primeiro os dados mais voláteis, como a memória RAM e as conexões ativas, e só depois o armazenamento persistente, documentando tudo e calculando o hash das cópias.

(D) copiar apenas os arquivos visíveis do volume criptografado para mídia externa e calcular o hash depois, já no laboratório, para fins de cadeia de custódia.

(E) aplicar função hash sobre a memória RAM para criptografá-la, impedindo que terceiros acessem seu conteúdo antes da perícia em laboratório.

Folha de respostas

Código PCPR-DL-0606-DD65 · preencha a bolinha da alternativa escolhida

	A	B	C	D	E
01	○	○	○	○	○
02	○	○	○	○	○
03	○	○	○	○	○
04	○	○	○	○	○
05	○	○	○	○	○
06	○	○	○	○	○
07	○	○	○	○	○
08	○	○	○	○	○
09	○	○	○	○	○
10	○	○	○	○	○
11	○	○	○	○	○
12	○	○	○	○	○
13	○	○	○	○	○
14	○	○	○	○	○
15	○	○	○	○	○
16	○	○	○	○	○
17	○	○	○	○	○
18	○	○	○	○	○
19	○	○	○	○	○
20	○	○	○	○	○
21	○	○	○	○	○
22	○	○	○	○	○
23	○	○	○	○	○
24	○	○	○	○	○
25	○	○	○	○	○

	A	B	C	D	E
26	○	○	○	○	○
27	○	○	○	○	○
28	○	○	○	○	○
29	○	○	○	○	○
30	○	○	○	○	○
31	○	○	○	○	○
32	○	○	○	○	○
33	○	○	○	○	○
34	○	○	○	○	○
35	○	○	○	○	○
36	○	○	○	○	○
37	○	○	○	○	○
38	○	○	○	○	○
39	○	○	○	○	○
40	○	○	○	○	○
41	○	○	○	○	○
42	○	○	○	○	○
43	○	○	○	○	○
44	○	○	○	○	○
45	○	○	○	○	○
46	○	○	○	○	○
47	○	○	○	○	○
48	○	○	○	○	○
49	○	○	○	○	○
50	○	○	○	○	○

Confira suas marcações com a grade do gabarito comentado. Cada questão vale 1 ponto, como na prova da PCPR.